

CAPÍTULO 1

**Mulheres, história do trabalho e
educação: a representação feminina
por meio do jornal *O Labor* (1905)¹**

Daniela Oliveira R. dos Passos

Renata Garcia Campos Duarte

Isabelle Guedes Patrocínio

¹ Trabalho financiado pelo Edital 01/2021 da Produtividade em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (PQ/UEMG).

Introdução

O presente trabalho apresenta como objetivo a investigação das relações construídas entre o trabalho feminino e a educação, em Belo Horizonte, entre 1897 e 1930, no âmbito do processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, a partir da análise de alguns impressos operários produzidos na capital mineira. Igualmente, busca-se verificar as diferentes formas de representação das mulheres na imprensa operária: como operárias, a partir de um viés que as atrelava às tarefas domésticas ou de outras formas.

Há de se destacar que o processo de industrialização do Brasil no alvorecer do século XX alterou a estrutura social e modificou hábitos e costumes tradicionais e familiares, afetando as condições de vida e de produção social das mulheres. É nesse contexto que os movimentos sociais se organizaram e despontaram no cenário nacional. Todavia, o movimento feminista, com suas pautas específicas, só surgiu a partir dos anos 1930.

O recorte espacial/temporal – a cidade de Belo Horizonte nos anos de 1897 a 1930 – justifica-se por ser esse um espaço eminentemente urbano e por estar em fase de construção, logo, necessitando de mão de obra qualificada, independentemente de gênero. A construção da nova capital mineira recorreu à mão de obra dos trabalhadores imigrantes, atraindo, também, mão de obra de todas as partes do estado. Muitas famílias viram-se motivadas pelas oportunidades de trabalho na recém-inaugurada capital ou acompanharam seus patrões no processo de transferência do corpo

administrativo estadual de Ouro Preto, a antiga capital, para Belo Horizonte. O recorte temporal compreende o ano de inauguração da nova sede administrativa de Minas Gerais, o que nos possibilitará avaliar a dimensão dessa transferência de mão de obra do “interior” do estado para a nova capital. Além disso, acreditamos que a nascente capital é um terreno profícuo para estudos relacionados às práticas efetivas de “educação” da população trabalhadora no contexto da pós-abolição e da formação do mercado de trabalho livre em Minas Gerais. O marco final, ano de 1930, tem por objetivo avaliar essas relações de trabalho em período anterior ao início da chamada Era Vargas (PASSOS, 2020).

No que se refere à metodologia, a proposta, ainda em desenvolvimento, desdobra-se em duas etapas. A primeira, de caráter empírico, consiste na consulta, coleta e transcrição das fontes documentais, sobretudo periódicos operários. Esses impressos:

[...] em geral, eram jornais e revistas produzidos e/ou destinados aos operários e vinculados às associações, sem periodicidade definida e de curta duração, sendo necessárias subscrições para manutenção, e cujas tendências políticas, bem como as suas principais contendas e tensões, eram expressas em suas páginas (DUARTE, 2019, p. 144).

A segunda etapa, analítica, baseia-se na sistematização e análise dos dados elencados. Sabe-se que as mulheres, além das tarefas domésticas, por vezes, exerciam trabalhos “fora de casa” com fins de complementação da renda familiar, por exemplo, como operárias de fábricas têxteis, empregadas

domésticas, lavadeiras etc. Contudo, a hipótese desta pesquisa é a de que não havia oferta de cursos e outros projetos educacionais destinados a elas, bem como as referências às mulheres na imprensa operária de Belo Horizonte, quando ocorriam, davam-se em virtude de sua importância ao bom andamento do lar, ou seja, com ênfase no âmbito do doméstico, não havendo destaque em relação às tarefas exercidas fora desse local.

Ante o exposto, em um primeiro momento, abordaremos debates relativos às mulheres e aos mundos do trabalho a fim de entender de que modo as mulheres estavam inseridas nas relações de trabalho. Em seguida, discutiremos de que modo as mulheres foram representadas na imprensa operária, identificando, igualmente, a existência de projetos educacionais a elas atribuídos. Como a pesquisa está em curso, apresentaremos os resultados da análise do jornal *O Labor*, publicado em 1905, em Belo Horizonte. Espera-se que este estudo possa contribuir para um diálogo estimulante entre a história da educação, questões de gênero e a história social do trabalho na capital mineira, nas décadas iniciais da República.

Mulheres e mundos do trabalho

Hoje em dia, contar a história das mulheres soa como algo evidente, pois uma história “sem mulheres” parece algo improvável. Porém, até meados do século XX, isso não existia. A escrita da História tem sido um privilégio dos homens. Foram os homens que decidiram quais áreas do passado deveriam ser registradas, quais tipos de histórias valiam

a pena investigar ou quais indivíduos mereciam a atenção dos pesquisadores. As mulheres tiveram pouca ou nenhuma participação nesse processo. Felizmente, como dito, isso vem mudando, não de forma gratuita ou fácil, mas como uma conquista pautada nas lutas dos movimentos sociais ao longo do século XX.

Além disso, desde as últimas quatro ou cinco décadas, aproximadamente, observou-se, no campo da história, uma ampliação de pesquisas que buscaram dar voz a sujeitos anteriormente excluídos da historiografia. Tais pesquisas possibilitaram a constituição da história social. Eric Hobsbawm, em texto clássico de 1970, menciona as dificuldades de definição do termo “história social”, sendo que, até as décadas de 1950 e 1960, “não havia nenhuma premência em defini-lo, já que não se haviam formado os interesses institucionais e profissionais que normalmente insistem em demarcações precisas” (HOBBSAWM, 2007, p. 83). De acordo com esse autor, a formação de um campo acadêmico especializado em história social somente começou a se desenvolver a partir da década de 1950. Ou ainda, como afirma a historiadora Hebe Castro (1997, p. 47), “foi nas décadas de 1950 e 1960, entretanto, que uma história social, enquanto especialidade, tendeu a se constituir no interior desta nova postura historiográfica, que começava a se tornar hegemônica”.

Hobsbawm (2007) afirma, ainda, que a história social não compõe uma mera especialização, tendo em vista a impossibilidade de isolar o seu tema de outros aspectos essenciais dos seres humanos – questões materiais, ideias, entre outros. Logo, tal enfoque preocupa-se com a vida real das pessoas

comuns, valorizando as experiências cotidianas desses sujeitos (CASTRO, 1997; SAMUEL, 1991). Nesse quadro teórico da história social, verificou-se um movimento historiográfico que buscou colocar as mulheres – também os operários, negros, prisioneiros etc. – enquanto protagonistas da história. Segundo Perrot (2017, p. 19):

O advento da História das Mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos EUA nos anos de 1960 e França, uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – ocorreram para a emergência do objeto “mulher”, nas ciências humanas em geral e na História em particular (PERROT, 2017, p. 19).

Escrever a história das mulheres é algo complexo, porque o fenômeno do feminismo é algo que desperta opiniões apaixonadas e militâncias por vezes extremas. Desde as suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, o movimento foi muito particular, visto que desafiou a ordem conservadora, que excluía as mulheres do mundo público, e também propunha ações revolucionárias, partindo das mulheres (PINTO, 2003).

Outro ponto que também dificulta escrever e pesquisar sobre o movimento feminista é o fato de ele ser amplo, diverso e, ao mesmo tempo, fragmentado, com múltiplas manifestações. Reconstruir essa história tão fragmentada, que vai de grandes manifestações públicas a reuniões privadas em casas de intelectuais, não é simples.

Desde os primórdios da Revolução Francesa (1789), é possível identificar mulheres que, de forma mais ou

menos organizada, lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora de casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. Fora dos limites da casa, restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria. Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo (PINTO, 2003, p. 13).

No Brasil, não foi diferente. A primeira fase do movimento das mulheres teve como foco a luta pelos direitos políticos, sendo conquistado o direito ao voto no ano de 1932 com a liderança de Bertha Lutz.² Mesmo assim, é possível identificar diferentes vertentes do movimento no início do século XX, entre eles: as manifestações da imprensa feminina alternativa – apresentando como pauta, além dos direitos políticos, a educação feminina e a presença das mulheres no mundo público – e o movimento das trabalhadoras, que lutavam pelo fim da dominação de forma ampla, o qual tinha como ideologias o anarquismo e o comunismo (PINTO, 2003).

2 Bióloga por formação, Bertha também foi uma ativista política para o reconhecimento da mulher na esfera pública cidadã. Seu interesse pelo feminismo teve início durante o período em que estudou na Europa, quando teve contato com o movimento sufragista que ocorria por lá. Em 1919, criou, no Brasil, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que mais tarde se tornaria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderando a campanha sufragista no país. Em 1932, por decreto de Getúlio Vargas, foi alcançado o estabelecimento do direito ao voto feminino no Brasil. Bertha Lutz investiu em sua vida política e, em 1936, assumiu a posição de deputada federal, cargo no qual executou propostas de mudança na legislação referentes ao trabalho da mulher, visando, dentre outros direitos, à igualdade salarial, à participação em questões públicas e à licença maternidade. Ver Lôbo (2010).

Ademais, para escrever a História, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é um dificultador quando se trata da história das mulheres, porque a presença feminina é frequentemente apagada; seus vestígios, desfeitos, e seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de evidências. A gramática é masculina – misturam-se os gêneros, temos “eles”. As estatísticas são assexuadas – a sexuação das estatísticas é recente, tendo sido demandada por pesquisadoras do trabalho feminista. Pelo casamento, as mulheres perdiam os seus sobrenomes, o que dificulta reconhecer linhagens femininas. Todos esses fatores ocorrem para a destruição da memória feminina (PERROT, 2017).

Especificamente no que se refere à história das mulheres e aos mundos do trabalho, há uma dificuldade em escrever a difícil vida das operárias – os baixos salários, os maus-tratos, as longas jornadas de trabalho e, sobretudo, o contínuo assédio sexual – das primeiras décadas do século XX no Brasil. Isso porque, na maioria das vezes, as operárias eram descritas como “mocinhas infelizes e frágeis”. Pouco se dizia sobre a militância das trabalhadoras (RAGO, 2017). Existem diversos discursos sobre as mulheres: imagens, literatura, artes plásticas. Mas ignorava-se o que as mulheres pensavam sobre si, como viviam ou sentiam.

As dificuldades aparecem desde logo, principalmente se considerarmos que o/a pesquisador/a trabalha com imagens diferenciadas, produzidas pelos documentos disponíveis. Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e “indesejáveis” para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e

“degeneradas” para os médicos e juristas; as trabalhadoras eram percebidas de vários modos (RAGO, 2017, p. 579).

Poucos são os documentos escritos por mulheres trabalhadoras, a não ser algumas denúncias em jornais operários ou entrevistas orais realizadas em períodos mais recentes. Sabemos muito mais da construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que de sua própria condição social, sexual e individual. Se no século XIX elas estavam presentes nos parques industriais, no século XX essa presença diminuiu, sendo elas substituídas pelos homens, conforme Margareth Rago (2017, p. 582):

Enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar 23%. O desenvolvimento das indústrias intensificado pela Primeira Guerra Mundial, que trouxe um aumento de 83,3% da população operária no espaço de treze anos, explica-se pela ampla incorporação do trabalho masculino em detrimento do feminino.

Já as mulheres negras, pós-1888, continuaram trabalhando nos setores considerados mais desqualificados, recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento, além de serem apresentadas, na documentação disponível, como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, por conseguinte, de qualquer direito de cidadania.

Sobre os debates e projetos – pensados sobretudo pelas elites dirigentes – direcionados para a formação do trabalhador cidadão, Faria Filho (1990) afirma que, em Minas Gerais

e em outros estados brasileiros, o delineamento jurídico, ideológico e político do sistema republicano de governo deu-se concomitantemente à instituição do mercado de trabalho livre. Por esse motivo, “formar o cidadão para a República significou [...] formar o trabalhador para o trabalho assalariado” (FARIA FILHO, 1990, p. 80-81). A vinculação entre a formação do trabalhador/formação do cidadão revelava, ainda nos primeiros anos do século XX, o quanto o “fantasma” da escravidão perambulava pelos mundos do trabalho.

A preocupação das elites governantes em educar/formar o trabalhador cidadão não se limitava ao “universo” do labor masculino. Pelo contrário, estendia-se ao universo feminino, impingindo às mulheres uma dupla responsabilidade nesse processo: como trabalhadoras/cidadãs e como mães responsáveis pela educação dos futuros cidadãos republicanos (TILLY, 1994). Desse modo, voltar os olhares para as mulheres trabalhadoras possibilita um novo espaço para a compreensão do processo de formação do operário cidadão, tão precioso a uma República que almejava conformar a sua população laboriosa para a “ordem e o progresso”.³

3 Os debates sobre a formação de um mercado de mão de obra livre, no Brasil, iniciaram-se muito antes da inauguração do regime republicano, em 1889. Já nas primeiras décadas do século XIX, as leis de locação de serviço, assim como as leis posteriores relacionadas à escravidão, já indicavam a preocupação das elites dirigentes em estabelecer o controle e a fixação da mão de obra e da criação de um *ethos* de valorização do trabalho. O fim iminente da instituição escravista tornava urgente o estabelecimento de novas formas de controle sobre os trabalhadores, principalmente sobre os libertos, que prescindissem da violência física como recurso de persuasão ao trabalho. A esse respeito, ver Cassoli (2015).

Vale ressaltar que, nesse contexto, a mulher pobre vivia o dilema de regular o parco salário do seu companheiro para suprir as necessidades domésticas ou escapar da miséria através do seu próprio salário e arriscar-se a sofrer o pejo de “mulher pública”.

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, ocupando-se dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família, trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, o qual servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se do tempo presente para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa (FONSECA, 2017, p. 517).

Sabe-se que parte significativa do proletariado no Brasil do início do século XX era formada por mulheres e crianças. Por isso, faz-se necessário entender um pouco mais essa dinâmica entre feminismo, mundos do trabalho e educação. As vivências cotidianas das mulheres sempre foram múltiplas e dinâmicas, o que traz à tona o questionamento não apenas do ambiente privado – a que teoricamente estavam inseridas –, mas também do espaço da rua, o que nos mostra os aspectos tanto do trabalho quanto dos processos ditos “educacionais” para atender aos padrões de disciplinamento do período em questão.

No que se refere à cidade de Belo Horizonte, as elites e as instituições que se instalaram no espaço urbano da cidade,

em suas primeiras décadas de existência como capital, alinharam-se ao ideário de progresso e modernização que guiaria o projeto de governo republicano e modificaria a vida política em seus níveis mais locais. E isso incluía também pensar as mulheres no espaço público em construção.

Mulheres em impressos operários de Belo Horizonte: uma análise de *O Labor* (1905)

O Labor foi um periódico quinzenal, de propriedade da Confederação Auxiliadora dos Operários, criada em Belo Horizonte, em 1905. O jornal orientava-se a partir dos princípios de filantropia, sociabilidade, instrução, ordem e progresso, os quais esbarravam “com os princípios do Positivismo, crendo encontrar na sua filosofia um meio para solucionar os problemas do momento, evitando assim a conturbação social e política” (PASSOS, 1991, p. 13). Ao todo, sabe-se de doze edições publicadas entre 18 de junho de 1905 e 31 de março de 1906. Todavia, não foi possível localizar a 11ª edição do periódico. A redação, inicialmente instalada na sede da Confederação, estabeleceu-se em diferentes locais da região central de Belo Horizonte. A partir da nona edição, fixou-se na rua Guajajaras, 329 – igualmente na região central, momento em que inaugurou sua oficina tipográfica própria, a Tipografia Moderna.

Com a análise das edições de *O Labor*, foi possível identificar três textos, em diferentes edições, os quais, direta ou indiretamente, abordam a questão feminina. O primeiro deles, publicado na primeira edição do periódico, em 18 de junho de 1905, foi assinado por Victor Hugo e recebeu o título “A mulher”:

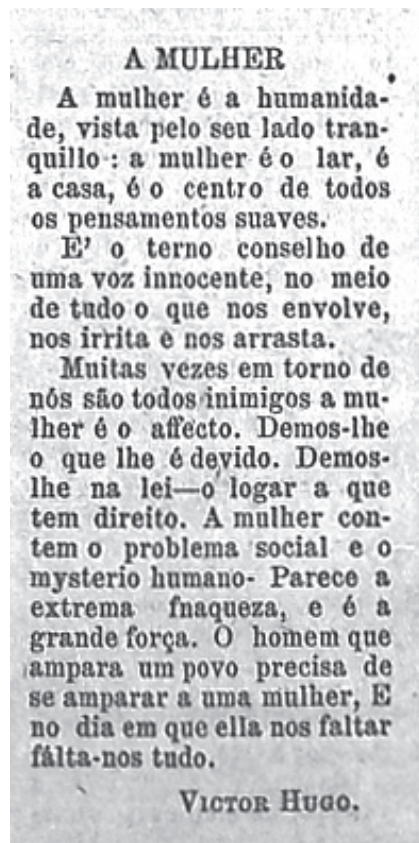


Figura 1: “A mulher”

Fonte: *O Labor* (1905a).

Esse texto, provavelmente de autoria masculina, apresenta a mulher como uma espécie de alegoria para o lar, significando a residência, esteio da família – apesar da aparente fraqueza, ela é a força familiar. Observa-se, a despeito do tom elogioso em relação à força da figura feminina, a visão da mulher atrelada à sua importância na casa para a família, sendo, por vezes, sua figura central.

Mesmo estando no início do século XX, o pensamento positivista ainda sofria a influência dos filósofos das Luzes, que

diziam ser preciso ministrar às meninas a noção dos seus deveres. Segundo Perrot (2017, p. 92), Rousseau dizia que:

Toda educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradá-los, ser-lhes úteis, fazer-se amar e honrar por eles, criá-los, cuidar deles depois de crescidos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhe a vida agradável e suave: eis os deveres das mulheres em todos os tempos, e o que se deve ensinar-lhes desde a infância (PERROT, 2017, p. 92).

Era necessário apenas instruir as meninas/mulheres somente para o que fosse necessário pela ótica masculina: formá-las para o papel de dona de casa, esposa e mãe. Ensinar-lhes bons hábitos de higiene, economia doméstica, valores morais de pudor, obediência, ternura, sacrifícios para com a família... enfim, tudo o que fosse considerado como “virtudes femininas” (PERROT, 2017).

Outro escrito, na terceira edição, de 18 de julho de 1905, relata o dia seguinte à realização do casamento narrado por uma mulher, sob o título “Diário de uma recém-casada”. Apesar do frequente uso de pseudônimos masculinos como uma estratégia utilizada por mulheres para preservar a identidade e conseguirem a aceitação do público, ou como uma espécie de batismo simbólico em um mundo marcadamente masculino, como afirma Telles (2017), esse texto é de autoria de Ramon Navarrete, escritor espanhol que viveu no século XIX.

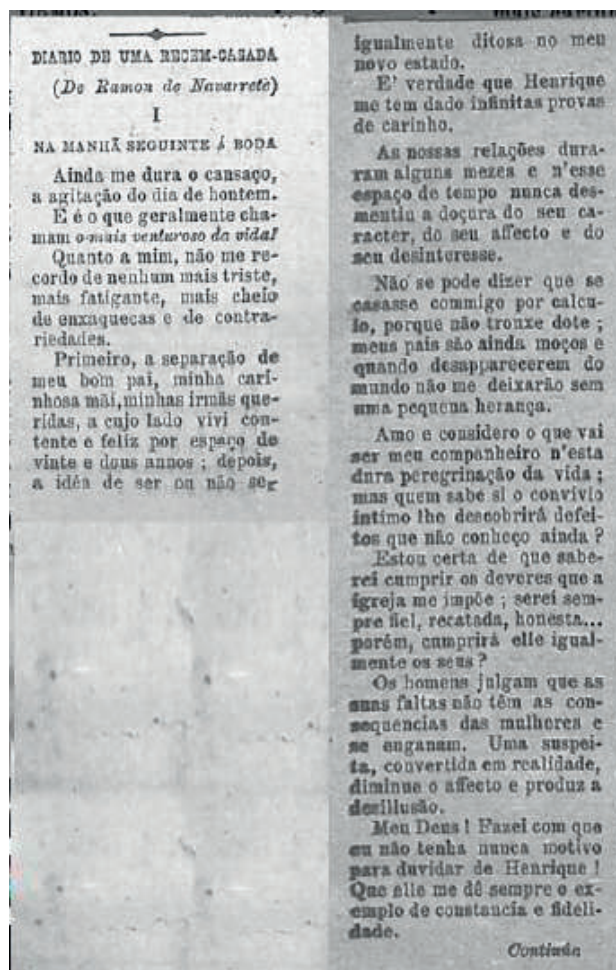


Figura 2: “Diario de uma recém-casada”

Fonte: *O Labor* (1905b).

Ainda que a narradora afirme o cansaço, o medo, a tristeza e as contrariedades do dia do casamento em virtude da separação da família, a sua felicidade estava atrelada ao bom casamento, demonstrando a insegurança de ser bem-sucedida em sua nova função de esposa. Ela afirma: “Estou certa de que saberei cumprir os deveres que a igreja me impõe; serei sempre fiel, recatada, honesta... porém, cumprirá elle igualmente os seus?” (O LABOR, 1905b, p. 4). Reconhecendo as diferenças sociais entre homens e mulheres, a narradora explica que as possíveis faltas do marido não teriam as mesmas consequências de

falhas realizadas por mulheres, todavia, poderiam acarretar a redução do seu afeto enquanto esposa. O texto promete continuar nas próximas edições do jornal, o que não se cumpriu, conforme foi verificado em análise das edições do periódico.

Por fim, o último texto que faz referência à temática feminina está situado na sétima edição do jornal, de 22 de outubro de 1905. É uma nota comunicando a alteração do nome de um jornal da União Operária de Engenho de Dentro de *O Três de Abril* para *A União Operária*, da qual se destaca a menção seguinte: “À frente da sua redação, além de Pinto Machado, que é presidente da associação, está Elisa Scheid, esta incansável batalhadora pela liberdade dos operários. [...]” (O LABOR, 1905c, p. 2). Sabe-se que Elisa Scheid foi militante no movimento operário e professora municipal do Rio de Janeiro (RIZZINI; GOMES; SCHUELER, 2020).

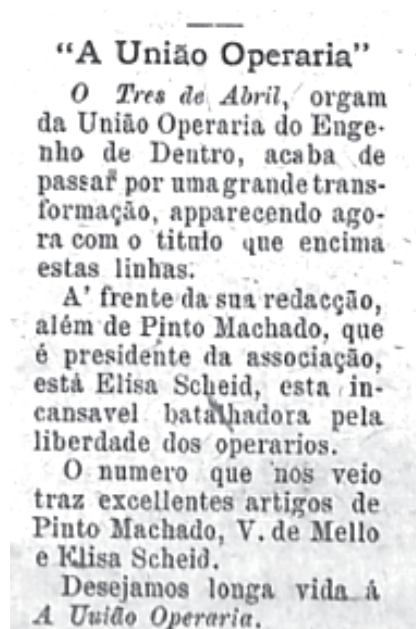


Figura 3: “O Três de Abril para A União Operária”

Fonte: *O Labor* (1905c).

Vale ressaltar que a força de resistência feminina é algo intenso no cotidiano de muitas mulheres. É um sinal de subverter e mudar o regime de submissão ao masculino. E adentrar o mundo da escrita, nesse aspecto de luta, foi uma forma de também resistir. Fazer ou escrever um jornal tornou-se um modo de expressão do feminino. Mesmo que em muitos momentos usando codinome masculino ou participando de um jornal/revista efêmero, a mulher conseguia assinalar sua entrada na esfera pública.

Em meados do século XIX e início do século XX, o jornalismo “estava em vias de se tornar uma profissão acessível às mulheres [...], o exercício do jornalismo significava ao mesmo tempo ter uma parte ativa na construção da opinião pública, liberdade de movimento e abertura para o mundo” (PERROT, 1998, p. 84).

É interessante o reconhecimento do engajamento de Scheid nas lutas operárias; porém, não foi possível perceber em *O Labor* destaque a nenhuma mulher em Belo Horizonte, principalmente se considerarmos que as mulheres sequer participavam das associações operárias, como a própria Confederação Auxiliadora dos Operários.

Considerações finais

Pensar a história das mulheres é também enfatizar a complexidade e a diversidade das experiências e das realizações conquistadas ao longo do tempo. No “mundo do trabalho”, as mulheres compunham grande parte do proletariado no Brasil de início do século XX, e estavam presentes nos espaços fabris

de fiação e tecelagem – principalmente as imigrantes europeias –, submetidas ao pagamento de baixos salários, aos maus-tratos, à exploração e ao assédio sexual. Já as mulheres negras, nesse momento pós-abolição, seguiram ocupando cargos empregatícios associados ao serviço doméstico e eram, à época, consideradas destituídas de qualquer cidadania e inteligência, sendo, portanto, inferiores (RAGO, 2017).

No geral, o trabalho feminino era tomado como uma ameaça à honra das mulheres, já que configurava um entrave à família. Ao contrário desse pensamento quase unificado, feministas que se dedicavam ao crescimento do movimento de mulheres no Brasil defendiam o trabalho delas como importante instrumento de incorporação social e de luta contra a manutenção de um sistema de privilégio masculino.

Destarte, abordar a presença das mulheres no “mundo do trabalho” no início do século XX é também pensar as lacunas e as dificuldades de se construir essa escrita pela ótica feminina. Em *O Labor* foi possível verificar somente três textos que, de algum modo, abordaram a questão feminina, não havendo uma unidade de pensamento a respeito da forma como enxergavam as mulheres, se como boas esposas e frágeis – em duas edições do jornal – ou partícipe do movimento operário – em uma edição do jornal.

Fato é que não houve nenhuma menção a alguma mulher específica de Belo Horizonte, nem era usual a existência de mulheres como sócias das associações. Tampouco foi possível verificar a existência de algum projeto educacional destinado às mulheres nas edições analisadas. Há de se destacar que

esta pesquisa está em andamento e outros jornais operários ainda serão analisados a fim de verificar tanto a representação feminina nos periódicos, como a existência de propostas educacionais para mulheres.

REFERÊNCIAS

- CASSOLI, Marileide Lázara. **A construção da liberdade: vivências da escravidão e do pós-abolição. Mariana, 1871-1920.** 2015. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- CASTRO, Hebe. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 41-59.
- DUARTE, Renata Garcia Campos. **Imprensa operária e Educação: debates e demandas educacionais dos trabalhadores de Belo Horizonte (1897-1930).** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A república do trabalho: a formação do trabalhador-cidadão no alvorecer do século XX. **Cadernos do Departamento de Ciência Política, Revista do Departamento de História,** Belo Horizonte, Número Conjunto, p. 79-92, 1990.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 510-553.
- HOBBSAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. *In*: HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 83-105.
- LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).
- O LABOR. **Edição nº 1, ano I, de 18 de junho de 1905.** Belo Horizonte: Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, 1905a. 1 fotocópia.
- O LABOR, **Edição nº 3, ano I, de 18 de julho de 1905.** Belo Horizonte: Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, 1905b. 1 fotocópia.

O LABOR. **Edição nº 7, ano I, de 22 de outubro de 1905.** Belo Horizonte: Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, 1905c. 1 fotocópia.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A construção da cidade de Belo Horizonte e a formação educacional das classes trabalhadoras (1893-1930). **Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v. 15, n. 40, p. 104-120, 2020. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/2195>. Acesso em: 11 out. 2022.

PASSOS, Mauro. **A classe trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica:** a ponta de uma memória (1900-1930). São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas.** São Paulo: Unesp, 1998.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In:* DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 578-606.

RIZZINI, Irma; GOMES, Camila; SCHUELER, Alessandra. Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, 1890 a 1910). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 20, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656567>. Acesso em: 8 out. 2022.

SAMUEL, Raphael *et al.* ¿Qué es la Historia Social? **Historia Social**, Valencia, n. 10, p. 135-149, primavera-verano 1991.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. *In:* DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 401-442.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>. Acesso em: 11 out. 2022.